



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

**ANALISTA DO TESOURO ESTADUAL -
CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

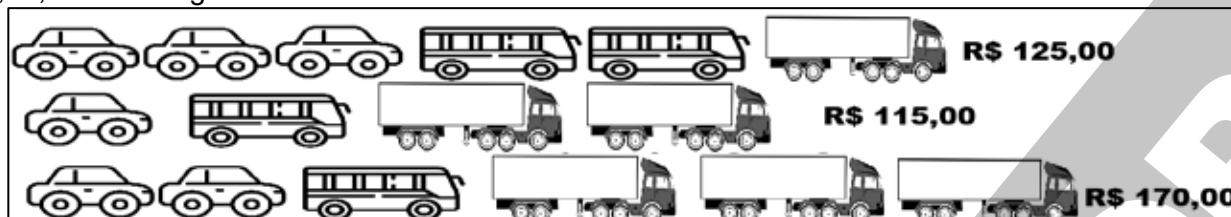
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitadas os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.

II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.

III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma suprallegal.
- (B) podem ter hierarquia suprallegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

- (A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.
- (B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.
- (C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.
- (D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.
- (E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

- (A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.
- (B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.
- (D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.
- (E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

- (A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.
- (B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.
- (C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.
- (D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.
- (E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
(B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
(C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
(D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
(E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
(B) R\$ 4.800.000,00.
(C) R\$ 5.200.000,00.
(D) R\$ 5.500.000,00.
(E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
(B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
(C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
(D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
(E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA DO TESOIRO ESTADUAL –
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

51 Considere que as curvas de oferta e demanda de açaí mensal para o município fictício de Belenzinho, respectivamente, sejam dadas por $Q^S = 5.000 + 150p$ e $Q^D = 25.000 - 100p$, onde p é o preço do litro de açaí. Suponha que o governo estabeleça um preço máximo de R\$ 80,00 por litro de açaí. Com esses dados, pode-se afirmar que a quantidade de litros de açaí que será vendida, após a implementação do preço máximo, será de

- (A) 16.000 litros.
- (B) 15.000 litros.
- (C) 13.000 litros.
- (D) 17.000 litros.
- (E) 18.000 litros.

52 Considere um mercado em concorrência perfeita, cuja curva de demanda inversa é dada por $p = 10 - 0,5x$ onde p é o preço de mercado e x é quantidade de produtos. As empresas desse setor produzem segundo a função de produção $x = 2y$, onde y é um dos fatores de produção utilizado. A produtividade marginal do fator y e a curva de demanda desse fator são, respectivamente,

- (A) 2 e $20 - 2y$.
- (B) 3 e $15 - 1/(2y)$.
- (C) 1 e $30 - 3y$.
- (D) 1,2 e $1,4 - 3y$.
- (E) 5 e $10 - 2y$.

53 Considere um consumidor que consome apenas dois bens, X e Y. A renda do consumidor R é R\$ 100,00, o preço do bem X é R\$ 10,00 e o preço do bem Y é R\$ 5,00. Suponha ainda que a renda do consumidor R sofra um aumento de 50% e que os preços dos bens X e Y continuem constantes. Considere que o consumo inicial do bem X é $Q_x = 6$ e que consumo final do bem X é $Q_x = 9$. O efeito total gerado (soma de efeitos renda e substituição) será de

- (A) 2,10.
- (B) 2,56.
- (C) 3,00.
- (D) 4,80.
- (E) 5,00.

54 Considere um consumidor cujas preferências são dadas pela seguinte função de utilidade, $U = x_1^2 \cdot x_2$, onde x_1 e x_2 são os bens 1 e 2. Suponha que o preço do bem 1 seja P_1 , o preço do bem 2 seja P_2 e a renda do consumidor seja m . A função de demanda do bem 1 será

- (A) $2m/3p_1$
- (B) $3m/p_1$
- (C) m/p_1
- (D) $2m/1,2p_1$
- (E) $m/3p_1$

55 Suponha que um indivíduo obtenha satisfação a partir do consumo de dois bens por meio da seguinte função de utilidade, $U = x_1 \cdot x_2$, onde x_1 e x_2 são os bens 1 e 2. A renda do consumidor, para gastar com os dois bens, é R\$ 600,00, o preço do bem 1 é R\$ 25,00 e o preço do bem 2 é R\$ 30,00. A utilidade total (U) gerada pelos dois bens, será igual a

- (A) 100.
- (B) 130.
- (C) 60.
- (D) 25.
- (E) 120.

56 Considere a seguinte função de custo de um monopolista $C = 400 + 2q^2$, sendo que a função da demanda inversa da empresa é $P = 120 - q$, onde P é o preço de mercado e q é a quantidade total produzida. O lucro obtido pelo monopolista, em unidades monetárias, será igual a

- (A) 570.
- (B) 560.
- (C) 800.
- (D) 650.
- (E) 700.

57 A demanda inversa para um mercado de oligopólio com duas empresas, é dado por $P = 100 - 2Q$, onde P é o preço de mercado e Q é a quantidade total produzida pelas duas firmas, ou seja, $Q = q_1 + q_2$, onde q_1 e q_2 são as quantidades que cada empresa deve produzir. Os custos marginais de produção das empresas 1 e 2 são, respectivamente, 12 e 20. As quantidades que cada empresa deve produzir para maximizar seus lucros serão, respectivamente,

- (A) $q_1 = 16$ e $q_2 = 12$.
- (B) $q_1 = 12$ e $q_2 = 15$.
- (C) $q_1 = 2$ e $q_2 = 10$.
- (D) $q_1 = 13$ e $q_2 = 10$.
- (E) $q_1 = 15$ e $q_2 = 7,5$.

58 Considere a seguinte função de produção $x = y_1^2(8y_2 + 4) - 4y_1^3$, onde y_1 e y_2 são fatores de produção. O valor de y_1 para que a produtividade marginal seja máxima, quando o insumo y_2 for constante e igual a 7 unidades, é

- (A) 4,50.
- (B) 5,00.
- (C) 5,70.
- (D) 6,50.
- (E) 7,00.

59 Considere a tabela a seguir referente ao mercado de um determinado bem fictício.

Preço de Mercado (P)	Oferta (Q^s)	Demanda (Q^D)
5	5	45
10	10	40
15	15	35
20	20	30
25	25	25
30	30	20

Com base, exclusivamente, nos dados da tabela, as equações de demanda (Q^D) e de oferta (Q^s) serão, respectivamente,

- (A) $Q^D = 60 - 2P$ e $Q^s = 30 + 2P$
- (B) $Q^D = 30 - 2P$ e $Q^s = 2P$
- (C) $Q^D = 10 - 4P$ e $Q^s = 2P$
- (D) $Q^D = 50 - P$ e $Q^s = P$
- (E) $Q^D = 10 - 4P$ e $Q^s = 10 + 47P$

60 Considere a seguinte função de produção $x = 10y_1^2y_2 + 6y_1^2 - 3y_1^3$, onde y_1 e y_2 são fatores de produção. O valor máximo da produtividade média, para $y_2 = 12$, será

- (A) 20.
- (B) 38.
- (C) 50.
- (D) 21.
- (E) 33.

61 Considere dois consumidores, 1 e 2, de um bem público e suas respectivas funções de demanda $x_1 = 100 - 2p$ e $x_2 = 200 - 4p$, onde p é preço de mercado. Se o custo de produção do bem público for $C = x^2 + 10$, onde x é um fator de produção e o setor público deseja que os consumidores revelem suas preferências pelo bem público. As quantidades eficientes q_1 e q_2 do bem público, que o Setor Público deverá prover para cada um dos consumidores será, aproximadamente e respectivamente, iguais a

- (A) 25 e 56.
- (B) 20 e 45.
- (C) 36 e 36.
- (D) 68 e 15.
- (E) 19 e 18.

62 Considere as seguintes afirmações sobre o Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022):

I. A carga tributária brasileira total (Incluindo União, Estados e Municípios) atingiu o maior resultado da série histórica em 2022, com 33,71%.

II. As contas do Governo tiveram superávit em 2022, após oito anos anteriores de déficit.

III. O superávit de 2022 é explicado, em parte, pelo não pagamentos de precatórios e os ganhos com dividendos e concessões das empresas públicas.

É (são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

63 Considere as seguintes informações sobre uma economia fechada e com governo: o consumo das famílias é dado por $C = 200 + 0,6(Y - T)$, onde Y é a renda e T são os tributos. A função investimentos é dada por $I = 400 - 40r$, onde r é a taxa de juros. Os gastos do governo são de 300, os tributos são 200, a função de demanda por moeda é $L = 0,4Y - 20r$ e a oferta de moeda é 600. A taxa de juros, r , e a renda de equilíbrio Y , respectivamente, serão

- (A) 3 e 1.650.
- (B) 4 e 1.700.
- (C) 5 e 1.345.
- (D) 2 e 1.420.
- (E) 10 e 3.450.

RASCUNHO

64 Considere os seguintes dados para uma economia hipotética, expressos em unidades monetárias (\$):

Itens	\$
Produto nacional líquido	8.360
Exportações de bens e serviços não fatores	2.300
Importações de bens e serviços não fatores	1.420
Impostos diretos	1.350
Impostos indiretos	1.400
Depreciação	1.750
Subsídios	650
Investimentos do governo	380
Transferências unilaterais correntes	100
Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente	-350

Com base nestas informações, é correto afirmar que

- (A) a renda nacional é de \$ 5.560.
- (B) a renda líquida enviada ao exterior é igual a \$ 980.
- (C) o PIB é igual a \$ 12.450.
- (D) a absorção interna é igual a \$ 10.560.
- (E) a poupança interna é maior do que o investimento.

65 Em uma economia monetária, os agentes mantêm parte de sua riqueza em papel-moeda e o restante em depósitos bancários. Sabe-se que 40% dos recursos monetários estão em poder do público, na forma de moeda, enquanto o restante está depositado nos bancos. Os bancos, por sua vez, mantêm 12.000 unidades monetárias em reservas bancárias. Considerando que a base monetária totaliza 20.000 unidades, o multiplicador monetário dessa economia será de

- (A) 0,50.
- (B) 1,00.
- (C) 2,00.
- (D) 3,00.
- (E) 4,00.

66 Considere as seguintes informações, em unidades monetárias (\$), para uma economia hipotética em 2024:

Itens	\$
Exportações de bens e serviços não fatores	5.860
Importações de bens e serviços não fatores	3.250
Renda líquida enviada ao exterior	1.510

Com base nessas informações, é correto afirmar que essa economia hipotética apresentou

- (A) déficit no balanço de pagamentos em transações correntes de \$ 1.100.
- (B) superávit no balanço de pagamentos em transações correntes de \$ 1.100.
- (C) déficit no balanço de pagamentos em transações correntes de \$ 2.610.
- (D) superávit no balanço de pagamentos em transações correntes de \$ 2.610.
- (E) saldo nulo no balanço de pagamentos em transações correntes.

67 Considere as afirmações abaixo, sobre a criação de base monetária, meios de pagamento e taxa de juros:

- I. O sistema bancário amplia os meios de pagamento, por exemplo, quando compra bens ou contrata serviços do público e efetua o pagamento em dinheiro ou por meio de depósitos à vista.
- II. O Banco Central aumenta a quantidade de moeda na economia quando, ao captar recursos no exterior, eleva o volume de reservas internacionais.
- III. Uma vez que a autoridade monetária tem a prerrogativa de definir o percentual de recolhimento compulsório, ela exerce influência direta sobre o valor do multiplicador bancário.
- IV. Quanto maior for a proporção de reservas mantidas pelos bancos comerciais e quanto menor for a preferência do público por moeda em espécie, maior tende a ser o multiplicador da base monetária.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, III e IV.

68 Avalie as seguintes proposições sobre economia monetária:

- I. Quando os bancos transformam ativos não monetários pertencentes ao público em ativos monetários, ocorre a ampliação dos meios de pagamento.
- II. Segundo a Teoria Quantitativa da Moeda, o controle da quantidade de moedas em circulação é, em última análise, o principal instrumento para controlar a inflação.
- III. Quanto menor for a taxa de redesconto, menor será o custo dos empréstimos de reservas junto ao Banco Central, o que tende a estimular os bancos a recorrerem mais a essa fonte de financiamento.
- IV. A expansão acelerada do uso de cartões de crédito pode ser interpretada como um choque de demanda, na medida em que contribui para o aumento da velocidade de circulação de moedas.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

69 Partindo da análise de um modelo Keynesiano simplificado, que considera a economia aberta e com governo, em que: $C = 200 + 0,5Y$, onde C é o consumo das famílias e Y é a renda, $I = 100$ (investimento), $G = 20$ (gastos do governo), $X = 40$ (exportações), $M = 80 + 0,3Y$ (M importações e Y a renda), é correto afirmar que o valor da renda de equilíbrio Y é igual a

- (A) 200.
- (B) 250.
- (C) 300.
- (D) 350.
- (E) 400.

70 Considere um modelo IS-LM-BP em uma economia aberta e com livre mobilidade de capitais, também conhecido como modelo Mundell-Fleming. Sobre esse modelo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em regime de câmbio flutuante, a Política Fiscal expansiva gera uma elevação na balança comercial ($X - M$).
- II. Na situação especial, em que há mobilidade perfeita de capitais, a curva Balanço de Pagamentos - BP será infinitamente elástica aos juros.
- III. Em regime de câmbio fixo, a Política Monetária expansiva gera uma elevação no saldo das reservas internacionais.
- IV. Quando as taxas de juros internas de um país forem iguais às taxas de juros externas, haverá uma entrada maciça de capitais estrangeiro nesse país em questão.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV.

71 Considere uma economia de troca pura com dois consumidores, A e B, e dois bens, X e Y. As dotações iniciais são: consumidor A: $(X_A, Y_A) = (8, 2)$, consumidor B: $(X_B, Y_B) = (2, 8)$. Suponha que as preferências sejam iguais para ambos os consumidores e expressas por $U(X, Y) = X^{0,5} \cdot Y^{0,5}$. As alocações socialmente desejadas para os consumidores são A: (4,4) e consumidor B: (6,6) e os preços dos bens X e Y são iguais a R\$ 1,00. Com base nessas informações, e de acordo com o Segundo Teorema da Economia do Bem-Estar, é correto afirmar que a alocação

- (A) socialmente desejada não pode ser um equilíbrio competitivo, pois exige intervenção direta nos preços.
- (B) eficiente só pode ser atingida se os consumidores tiverem preferências diferentes.
- (C) socialmente desejada é ineficiente, pois o consumidor A consome mais de ambos os bens.
- (D) socialmente desejada é ineficiente, pois o consumidor B consome mais de ambos os bens.
- (E) socialmente desejada é Pareto-eficiente, pois as taxas marginais de substituição dos consumidores são iguais, e podem ser descentralizadas como equilíbrio competitivo após redistribuição de renda.

72 Com relação ao mercado de trabalho e à dinâmica econômica, analise as afirmativas a seguir:

- I. O desemprego friccional tem caráter temporário, pois decorre de reajustes e movimentos setoriais ou regionais da estrutura produtiva e do deslocamento da mão de obra.
 - II. A teoria da taxa natural de desemprego analisa fatores como a duração e a frequência do desemprego, bem como fatores cíclicos e estruturais do mercado de trabalho.
 - III. A curva de Phillips expressa a relação inversa entre a taxa de desemprego e o Produto Interno Bruto da economia.
 - IV. O desemprego cíclico é o desemprego que existe quando a economia se encontra em pleno emprego.
- É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

73 Considere as seguintes afirmações sobre os dados da atividade econômica da Economia do Estado do Pará (2019):

- I. Os setores da economia com maior desempenho positivo no saldo de emprego gerado foram Construção Civil, Indústria Extrativa e Agropecuária.
- II. Os municípios com maior participação no saldo positivo de empregos gerados foram Marituba e Paragominas.
- III. O saldo total de empregos gerados foi de um pouco mais de 5 mil postos de emprego.
- IV. O número total de desligados do emprego foi de um pouco mais de 270 mil.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

74 Considere as seguintes afirmações sobre a importância da tributação:

- I. O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) é considerado um imposto que permite a aplicação de maior justiça fiscal e é considerado um imposto direto.
- II. O Imposto Territorial Rural (ITR) apresenta elevado custo de administração, o que explica o seu alto poder arrecadatório.
- III. De forma geral, os impostos possuem função fiscal e extrafiscal.
- IV. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é a segunda maior receita para os Estados.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

75 Considere as seguintes afirmações, sobre a importância do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

- I. Os principais tipos de IVA são o IVA-Produto, o IVA-Renda e o IVA-Consumo, cujas bases incidem sobre a produção, renda e consumo, respectivamente.
- II. O IVA-Produto tributa todas as despesas, exceto as despesas do governo com salários.
- III. O IVA-Renda não exclui da tributação a depreciação.
- IV. O IVA pode ser implementado usando dois métodos de cálculo: o método da nota-crédito e o método de subtração.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

76 Suponha a seguinte função de produção para determinado produto $x = 5y_1 + y_1 y_2 - 3y_2^2$, onde x é a quantidade de produto produzido, y_1 é a quantidade do fator de produção 1 e y_2 é a quantidade do fator 2. Considere que foram utilizadas 24 unidades de y_1 . A quantidade de y_2 , que maximiza a quantidade produzida do bem, é

- (A) 5.
- (B) 3.
- (C) 8.
- (D) 10.
- (E) 4.

77 Considere a seguinte função de utilidade para um consumidor $U = x_1^2 \cdot x_2^2$, onde x_1 e x_2 são os bens 1 e 2. A renda do consumidor para gastar com os dois bens é \$ 120, o preço do bem 1 é \$ 3 e o preço do bem 2 é \$ 2. A utilidade total gerada (U) é igual a

- (A) 360.000.
- (B) 150.000.
- (C) 370.000.
- (D) 260.000.
- (E) 180.000.

78 Considere a função inversa de um mercado em oligopólio com duas empresas, 1 e 2, $P = 240 - 2Q$, onde P é o preço de mercado e Q é a quantidade total produzida. O custo total de produção das empresas 1 e 2 são, respectivamente, $C_1 = 8q_1$ e $C_2 = 10q_2$, onde q_1 e q_2 são as quantidades produzidas pelas empresas 1 e 2, respectivamente. Como se trata de um oligopólio com duas empresas, onde $Q = q_1 + q_2$, o equilíbrio de Cournot será dado quando

- (A) $q_1 = 42$ e $q_2 = 15$.
- (B) $q_1 = 39$ e $q_2 = 38$.
- (C) $q_1 = 2$ e $q_2 = 10$.
- (D) $q_1 = 40$ e $q_2 = 10$.
- (E) $q_1 = 13$ e $q_2 = 15$.

79 Suponha que as seguintes curvas de demanda e oferta, semanais, para um determinado produto, sejam, respectivamente, $Q^D = 3.200 - 25p$ e $Q^S = -800 + 15p$, onde p é o preço de mercado. Considere que o preço de mercado em equilíbrio é \$ 100, que são vendidos 700 unidades de produtos por semana. Caso a quantidade ofertada Q^S cresça em 200 unidades, a nova curva de oferta será:

- (A) $Q^S = -500 + 10p$
- (B) $Q^S = -600 + 15p$
- (C) $Q^S = -600 + 19p$
- (D) $Q^S = -700 + 7,5p$
- (E) $Q^S = -900 + 12p$

80 Suponha o seguinte jogo entre duas empresas em oligopólio. As empresas 1 e 2 buscam determinar se fazem ou não um determinado investimento em publicidade para um determinado produto. Esse jogo é um jogo em estratégias puras e simultâneas.

		Empresa 2	
		Fazer Publicidade	Não Fazer Publicidade
Empresa 1	Fazer Publicidade	150, 150	300, -25
	Não Fazer Publicidade	-25, 350	200, 200

Com base nessas informações, a estratégia dominante para cada uma das empresas, será:

- (A) empresa 1 joga fazer publicidade e empresa 2 joga não fazer publicidade.
- (B) empresa 1 joga não fazer publicidade e empresa 2 joga fazer publicidade.
- (C) empresa 1 joga fazer publicidade e empresa 2 joga fazer publicidade.
- (D) empresa 1 não possui estratégia dominante e empresa 2 joga não fazer publicidade.
- (E) empresa 1 joga fazer publicidade e empresa 2 não possui estratégia dominante.

81 Suponha que um consumidor possui a seguinte função utilidade $U = (x_1 - 2) \cdot (x_2 - 5)$, onde x_1 é o consumo do bem 1, com preço \$ 2 por unidade e x_2 é o consumo do bem 2, com preço de \$ 4 por unidade. Considere que o consumidor possua \$ 100 de renda para gastar na aquisição desses bens. A soma das quantidades dos bens x_1 e x_2 , que maximizam a utilidade do consumidor, é igual a

- (A) 35,5 unidades.
- (B) 24,5 unidades.
- (C) 66,0 unidades.
- (D) 45,0 unidades.
- (E) 60,0 unidades.

82 Considere a seguinte função de produção $x = y_1^{1/2} \cdot y_2^{1/2}$, onde y_1 e y_2 são as quantidades dos fatores de produção 1 e 2. Se os preços dos fatores de produção são, respectivamente, $q_1 = 1$ e $q_2 = 3$, a função de custo de produção (C) é

- (A) $C = 5 \frac{x}{\sqrt{3}}$
- (B) $C = 2 \frac{x}{\sqrt{5}}$
- (C) $C = 4 \frac{x}{\sqrt{3}}$
- (D) $C = 2/\sqrt{3x}$
- (E) $C = 10 \frac{x}{\sqrt{3}}$

83 Suponha que uma empresa monopolista do setor elétrico possua a seguinte função de custo médio variável $CVM = 2X^2 - 10X + 36$, onde X é a quantidade produzida. Se o preço de mercado for \$ 260 e o lucro líquido for \$ 1.300, o custo fixo gerado será igual a

- (A) \$ 108.
- (B) \$ 113.
- (C) \$ 150.
- (D) \$ 121.
- (E) \$ 133.

RASCUNHO

84 Suponha que um consumidor possui a seguinte função utilidade $U = (5x_1^2 + 2x_2^3)^{1/2}$. Onde x_1 é o consumo do bem 1, com preço \$ 1,00 por unidade, e x_2 é o consumo do bem 2, com preço de \$ 3,00 por unidade. Considere que o consumidor possua \$ 20,00 de renda para gastar na aquisição dos bens. As quantidades dos bens x_1 e x_2 que maximizam a utilidade do consumidor, respectivamente, são

- (A) 8 e 10 unidades.
- (B) 6 e 15 unidades.
- (C) 10 e 5 unidades.
- (D) 5 e 5 unidades.
- (E) 14 e 6 unidades.

85 Considere um equilíbrio geral de troca pura com dois consumidores, C e D, e dois bens: z e w. Considere que as dotações iniciais do consumidor C sejam $z_C = 6$ e $w_C = 6$ e as dotações iniciais do consumidor D são $z_D = 6$ e $w_D = 6$. A função de utilidade do consumidor C é $U_C = z^{0,5}w^{0,5}$ e do consumidor D é $U_D = z^{0,25}w^{0,75}$. Considerando que o preço do bem z foi fixado em \$ 1, o preço aproximado do bem “w”, no equilíbrio, é

- (A) \$ 5,34.
- (B) \$ 2,45.
- (C) \$ 1,67.
- (D) \$ 6,45.
- (E) \$ 19,34.

86 Considere uma economia descrita pelas seguintes equações:

Curva de Phillips

$$\pi_t - \pi_{t-1} = -(u_t - 0,08)$$

Lei de Okun

$$u_t - u_{t-1} = -0,3(g_{y,t} - 0,02)$$

Demanda Agregada

$$g_{y,t} = g_{m,t} - \pi_t$$

Onde π_t é a taxa de inflação, π_{t-1} é a taxa de inflação defasada em um período, u_t é a taxa de desemprego, u_{t-1} é a taxa de desemprego defasada em um período, $g_{y,t}$ é a taxa de crescimento do produto e $g_{m,t}$ é a taxa de crescimento da moeda. Suponha que no período $t - 1$, a economia está em equilíbrio de médio prazo, com desemprego igual à taxa natural e a inflação constante igual a 5% ao ano. A partir do período t , o Banco Central deseja manter a inflação constante em 5% ao ano e o desemprego na taxa natural. Nessas condições, a taxa de crescimento da moeda $g_{m,t}$, compatível com esse objetivo, será

- (A) 3,0% ao ano
- (B) 4,0% ao ano
- (C) 5,0% ao ano
- (D) 6,0% ao ano
- (E) 7,0% ao ano

87 Considere os seguintes dados, extraídos de um sistema de contas nacionais de um determinado país, no ano de 2025, representados em unidades monetárias (\$):

Itens	\$
Formação bruta de capital fixo	2.770
Exportações de bens e serviços não fatores	1.460
Importações de bens e serviços não fatores	1.980
Renda líquida enviada ao exterior	550
Variação de estoques	320
Depreciação	150
Saldo do governo em conta corrente	440

Com base nessas informações, pode-se afirmar que a poupança externa e a poupança líquida do setor privado são, respectivamente, em \$, iguais a

- (A) 1.070 e 1.430.
- (B) 1.980 e 1.650.
- (C) 2.120 e 1.380.
- (D) 1.290 e 1.860.
- (E) 2.050 e 1.740.

88 Considere uma economia cuja dinâmica fiscal e macroeconômica é descrita pelos parâmetros a seguir: o superávit primário é de 0,5% do PIB ao ano, a razão dívida-PIB inicial é de 100%, a taxa real de juros é de 3% ao ano, a taxa normal de crescimento do PIB é de 3% ao ano, assumidos constantes ao longo do tempo. A razão dívida-PIB, após 4 anos, expressa em termos percentuais será igual a

- (A) 96% do PIB.
- (B) 97% do PIB.
- (C) 98% do PIB.
- (D) 99% do PIB.
- (E) 100% do PIB.

89 O balanço de pagamentos registra todas as transações de caráter econômico-financeiro realizadas entre um país e o resto do mundo. Desse modo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Se um país tem superávit no balanço de pagamentos, suas exportações líquidas serão positivas.
- II. Em uma economia aberta, o Produto Nacional Bruto é determinado pelos gastos em produtos domésticos efetuados por residentes e não residentes do país.
- III. Sob a ótica do Balanço de Pagamentos, as transações internacionais podem ser de duas espécies: as transações autônomas e as transações compensatórias.
- IV. A aquisição de ações da Vale S/A por investidor estrangeiro é registrada como crédito em conta de capital brasileira.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

90 Sobre os agregados monetários, a oferta e a demanda por moeda, analise as afirmativas a seguir:

- I. Operações de mercado aberto em que o Banco Central aumenta os meios de pagamentos pela compra de títulos implicam aumento de preço e redução da taxa de juros desses títulos.
- II. Caso a base monetária não se altere, uma elevação do multiplicador bancário leva à redução de M1.
- III. O financiamento do déficit público mediante aumento das receitas correntes do governo ou pela venda de títulos públicos ao setor privado não bancário não altera os meios de pagamentos nem a base monetária.
- IV. Há destruição de meios de pagamento quando um indivíduo realiza um depósito à vista em um banco comercial.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

91 Considerando a teoria sobre a moeda, analise as afirmativas abaixo:

- I. No modelo de Baumol-Tobin, a redução do custo de transação diminui a quantidade corrente de moeda demandada, consideradas constantes a taxa de juros e a renda.
- II. Quanto menor for a taxa de redesconto, mais barato será o empréstimo de reservas e maior tenderá a ser o montante levantado pelos bancos junto ao Banco Central.
- III. A equação de Fisher mostra que a taxa de juros real é a soma da taxa de juros nominal e da inflação esperada.
- IV. Os principais instrumentos de política monetária são: taxa de juros, agregados monetários e taxa de câmbio.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

92 No âmbito da política comercial, diferentes instrumentos podem ser utilizados por um país para proteger sua economia interna e/ou influenciar a economia externa. Desse modo, considere as afirmativas a seguir:

- I. A imposição de uma tarifa de importação eleva o preço interno do bem, reduzindo o excedente do consumidor e aumentando o excedente do produtor doméstico.
- II. As quotas de importação, diferentemente das tarifas, não geram arrecadação para o governo, mas produzem efeitos semelhantes sobre preços e quantidades.
- III. Um subsídio à exportação aumenta o preço recebido pelos produtores domésticos, elevando o excedente do produtor, mas reduz o excedente do consumidor no mercado interno.
- IV. Em mercados competitivos, tarifas e quotas produzem exatamente os mesmos efeitos sobre o bem-estar econômico.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

93 Considere as informações abaixo sobre o Modelo IS-LM em uma economia fechada.

- I. Quando a curva IS é menos inclinada, a política fiscal é mais eficaz, havendo elevação da renda em montante equivalente ao seu deslocamento.
- II. Em uma situação de “armadilha da liquidez”, a política monetária não afeta a taxa de juros.
- III. A venda de títulos públicos reduz a quantidade de moeda circulando na economia, uma vez que o governo recebe moeda do público e entrega títulos. Esta redução da oferta de moeda provoca o deslocamento da curva LM para a esquerda.
- IV. A redução de impostos provoca uma elevação do consumo e, conseqüentemente, elevação da renda, deslocando a curva IS para a direita.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

94 Considere as seguintes informações sobre uma economia fechada e com governo: o consumo das famílias é dado por $C = 10 + 0,5(Y - T)$, o investimento por $I = 500 - 50r$, o gasto do governo é $G = 250$, o tributo é $T = 150$, a função de demanda por moeda é $L = 0,5Y - 25r$ e a oferta de moeda é $M/P = 700$, onde Y é a renda e r é a taxa de juros. A taxa de juros e a renda de equilíbrio, respectivamente, serão

- (A) 10 e 1.250.
- (B) 4 e 1.700.
- (C) 1 e 1.550.
- (D) 2 e 1.420.
- (E) 10 e 3.450.

95 Partindo da análise de um modelo Keynesiano simplificado, que considera a economia aberta e com governo, em que o consumo das famílias é $C = 150 + 0,5Y$, onde Y é a renda, o investimento é $I = 50$, o gasto do governo é $G = 100$, as exportações são $X = 80$ e as importações $M = 40 + 0,3Y$, é correto afirmar que o valor da renda de equilíbrio é

- (A) 400.
- (B) 425.
- (C) 450.
- (D) 475.
- (E) 500.

96 Considere um modelo IS-LM-BP em uma economia aberta e com livre mobilidade de capitais. Sobre esse modelo, analise as afirmativas a seguir:

- I. Taxas de juros externas maiores que as taxas de juros internas ocasionam uma diminuição das reservas cambiais pelo Banco Central.
- II. Na situação especial em que há mobilidade perfeita de capitais, a curva Balanço de Pagamentos - BP será positivamente inclinada.
- III. Em regime de câmbio flutuante, a Política Monetária expansiva gera uma redução no nível da renda e no saldo da balança comercial.
- IV. Em regime de câmbio fixo, a Política Fiscal expansiva gera uma redução no saldo das reservas internacionais.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV.

97 Com relação ao mercado de trabalho e à dinâmica econômica, analise as afirmativas a seguir:

- I. O desemprego friccional é o desemprego excedente do desemprego cíclico, ocorrendo quando o produto está abaixo do nível de pleno emprego.
- II. A Lei de Okun expressa a relação direta entre a taxa de desemprego e a taxa de inflação, isto é, quando a taxa de desemprego diminui, a inflação desacelera.
- III. A expressão "pool de desemprego" é usada para explicar mudanças nessa taxa, causada, entre outros fatores, por: dispensas temporárias, busca do primeiro emprego e falências de empresas.
- IV. A teoria dos salários de eficiência considera que, dependendo da natureza do emprego e das condições do mercado de trabalho, as empresas se dispõem a pagar salários maiores para estimular a produtividade.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV.

98 Considere as seguintes afirmações sobre o Plano Real:

- I. O Plano foi concebido em 3 fases distintas: Fase 1: Ajuste Fiscal que equilibrasse as contas públicas; Fase 2: Criação da Unidade Real de Valor (URV), que possibilitaria a criação de um padrão estável de valor e; Fase 3: Concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia as regras de emissão e lastreamento da nova moeda.
- II. A primeira fase de implementação do programa foi marcada por dois esforços de ajustes fiscais: o Programa de Ação Imediata (PAI) e o Programa de Aceleração Monetária (PAM).
- III. A URV durou apenas quatro meses. Não houve efeito inflacionário durante sua implementação.
- IV. O Programa de Aceleração Monetária (PAM) permitia ao Governo Federal desvincular parte das receitas da União e, assim, dar flexibilidade orçamentária.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

99 Considere as seguintes afirmações sobre os dados dos estabelecimentos e estoque de empregos formais do Estado do Pará, no ano de 2018.

- I. O setor econômico com maior número de empregos formais gerados foi o da Administração Pública.
- II. As Micro e pequenas empresas, apresentaram a menor participação no número de empregos formais gerados, frente as empresas de médio e grande porte.
- III. A remuneração média na administração pública é superior tanto as das Micro e pequenas empresas como as das médias e grandes empresas.
- IV. O setor de serviços concentra o maior percentual do número de estabelecimentos do setor econômico.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I, II e IV apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

100 A respeito da contabilidade fiscal do setor público, avalie as seguintes afirmações:

- I. A necessidade de financiamento do setor público representa o montante de recursos que o setor público necessita captar para fazer face aos seus dispêndios, em razão da insuficiência de suas receitas fiscais.
- II. A dívida líquida do setor público é o indicador que consolida o endividamento líquido do setor público não financeiro e do Banco Central com o setor privado, o setor financeiro e o resto do mundo.
- III. O déficit primário é medido pelo déficit total, excluindo a correção monetária e cambial e os juros reais contraídos anteriormente.
- IV. A dívida pública é financiada principalmente através de emissão de títulos públicos emitidos pelo governo.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.